

Capítulo I

Tratado de Methuen: A Primeira Desgraça Imperialista Inglesa

A grande desgraça que a Inglaterra fez abater sobre Portugal é o Tratado de Methuen em 1703.

Os resultados do tratado foram desfavoráveis a Portugal. Os panos ingleses fabricados com técnica apurada, aos poucos mataram a indústria portuguesa de tecidos e o acréscimo na exportação de vinho não bastou para equilibrar a balança comercial entre ambos os países.

Dentre os fatores que tornaram precária a situação econômica de Portugal, conta-se o célebre Tratado de Methuen, assim chamado devido ao nome do embaixador britânico que dirigiu as respectivas negociações.

O comércio inglês com português começava entrar numa faixa de perigosa transição, pois os produtos que Portugal vendia à Inglaterra eram o fumo e o açúcar. O primeiro a ficar fora da importação inglesa foi o fumo, logo em seguida, a produção açucareira nas colônias britânicas substituiu a cota comprada de Portugal pela Inglaterra.

O Tratado de Methuen terá piores conseqüências, porque através dele a Inglaterra lançará mão do ouro que Portugal carrega do Brasil.

O ouro do Brasil trouxe muita riqueza para Portugal sob a forma de impostos, mas Portugal já não era um país rico, mesmo no Brasil a situação não era boa.

Portugal não tinha quase nenhuma indústria. Seu principal produto era o vinho, quase todos os produtos industrializados consumidos em Portugal, eram comprados na Inglaterra, por preços altos. Em troca, Portugal vendia aos ingleses vinho, mas o que conseguia com essas vendas não dava para pagar tudo que importava da Inglaterra. Por isso, Portugal ficou cada vez mais dependente da Inglaterra e para pagar suas dívidas, só tinha uma maneira: gastar o ouro que retirava do Brasil.

A parte do ouro que ficava no Brasil era pequena, a que ia para Portugal também não ficava lá, portanto, quem mais se com o ouro brasileiro foi a Inglaterra.

Portugal devia muito dinheiro aos ingleses e, além disso, o comércio com a Inglaterra era muito importante para a economia portuguesa.

Por esses motivos, em 1807, a França invadiu Portugal e a fim de se prevenir dessa invasão D. João mudou o seu governo para o Brasil.

No Brasil D. João assinou o decreto de abertura das portas, que foi muito importante para a economia brasileira.

CAPÍTULO II

Da Saga Marítima à Exploração da Bela Colônia

A partir de mapas, cartas os navegantes registram a existência do Brasil a partir de 1436.

André Bianco, em 1436, registra a existência do Brasil junto a descoberta das Antilhas e do mar de Sargaços. Em 1448, registra que o Brasil está a 500 milhas entre as ilhas de Cabo Verde e o Cabo de São Roque.

Ilha das Flores e a Terra do Labrador foram encontradas em 1452, por Diogo de Teive e seu filho. Terra Nova, na América do Norte, em 1472, por João Vaz Corte

Real. A Terra do Lavrador foi visitada em 1442 por João Fernandes Lavrador e Pedro de Barcelos.

Esses dados são registrados antes que Colombo descobrisse a América.

Quando os portugueses chegam ao Brasil, vão a, procura de ouro e especiarias. Na primeira expedição em 1501, foi constatado a existência de grande quantidade de pau-brasil, em longas faixas do litoral brasileiro. A segunda expedição trouxe um grupo de comerciantes interessados na exploração comercial do pau-brasil.

O rei assinou o contrato com esses comerciantes, o mais importante foi Fernão de Noronha. O pau-brasil foi a nossa primeira riqueza econômica. Os portugueses utilizavam o trabalho do índio para cortar as enormes árvores. Em troca, os índios recebiam objetos de grande valor para eles. Essa forma de aproveitar o trabalho dos índios chamou-se *escambo*.

Como os comerciantes só estavam interessados nos lucros, não se preocupavam com a conservação das florestas nativas do Brasil.

A exploração do pau-brasil logo após o Descobrimento e a destruição das matas fez desaparecer quase totalmente essa árvore. Atualmente restam pouquíssimos exemplares.

Para colonizar o Brasil era preciso desenvolver aqui atividades econômicas que dessem maiores lucros que o pau-brasil e que ajudassem a defender a terra dos estrangeiros.

As atividades escolhidas pelos portugueses foram a plantação de cana e a fabricação do açúcar. O açúcar era um produto muito procurado pelos europeus, era vendido a preços altos, dando muito lucro aos comerciantes.

A monocultura foi uma das características da lavoura canavieira, esta, necessitava ser praticada em grandes propriedades, latifúndios a perder de vista, para que sempre houvesse terras em reserva.

Como os portugueses que vieram para o Brasil eram movidos pela ambição de riquezas e poder, sabiam que não estava em seus planos trabalhar de enxada na mão.

Então, a Colônia só pode prosperar depois de resolvido o problema de mão-de-obra, primeiro com a escravidão dos índios e depois com a dos negros africanos.

Apesar do pioneirismo de São Vicente, foi em Pernambuco que a cana encontrou o rico solo e o clima ideal para se desenvolver, ajudando a transformar Pernambuco na capitania do açúcar.

Da Ilha da Madeira que a cana foi para Duarte Coelho plantar na sua capitania de Pernambuco. Em 1548 a cana chegava à Bahia, como a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Necessitando cada vez mais terras, o latifúndio apelava à coivara, provocando um desastre ecológico. Para desenvolver a atividade açucareira, os portugueses precisavam de muitas pessoas para trabalhar, então passaram a utilizar os africanos, pois os comerciantes de escravos queriam ter mais lucros, vendendo negros para o Brasil.

O açúcar brasileiro encontrou grandes vantagens: saía pronto para o consumo; devido a liderança no mercado, ele é o principal produto no mercado mundial.

Tudo ia bem, enquanto o comércio exterior alimentava com altos preços e bom consumo de açúcar. Um sistema dominou durante cem anos devido a decadência da produção nas Antilhas, que sofreria no século XVIII a grande baixa dos preços. Essa baixa no preço do açúcar, foi uma política elaborada pelos ingleses, com sucesso quando a Inglaterra começou a produzir o açúcar em Barbados e na Jamaica.

Em 1627, os ingleses ocupam Barbados.

Em 1646, forneceu as primeiras cargas de açúcar para Inglaterra. Dessa maneira, Barbados é conhecida como o “celeiro da América”.

Em 1770, a França entra no negócio do açúcar. Com isso, Portugal fica sem ação não podendo enfrentar grandes potências.

Três fatores são essenciais para o produção de açúcar:

- *terra, engenho e o escravo.*

Os portugueses resolveram aproveitar a terra plantando cana de açúcar, porque, era um produto muito procurado pelos europeus, por isso, seu preço era bem alto e tinha lucros garantidos.

Sem dinheiro, os colonizados foram buscar financiamento com os holandeses. Tão bom negócio revelou-se o açúcar no Brasil, que os holandeses resolveram ser donos da produção, em lugar de financiar os senhores de engenho.

Os holandeses conquistam Angola, principal mercado de escravos, para garantir a produção de açúcar sua mão-de-obra.

Depois da expulsão dos holandeses, Portugal a essa altura outra vez independente, tentou reativar a economia açucareira, mas nada conseguiu. Ao despontar do século XVIII o açúcar é controlado pela Inglaterra e França, mas Portugal continua exportando açúcar só que em pequenas quantidades. Mas, outra fonte de riqueza é descoberta: **ouro**.

O açúcar não pode ser esquecido, porque não favorecia aos portugueses, mas o ouro salva Portugal.

Depois da expulsão dos holandeses, Portugal a essa altura outra vez independente, tentou reativar a economia açucareira, nada conseguiu.

Como no Brasil não havia qualquer outro produto capaz de ocupar o lugar do açúcar no mercado internacional, a Colônia entrou numa fase de paralisação.

A prosperidade só voltou no início do século XVIII, quando foi descoberto ouro. Era o início de um novo período da economia brasileira.

A descoberta do ouro iniciou uma nova época para o Brasil. A riqueza trazida pelo ouro fez surgir cidades importantes e foi responsável por grandes mudanças na vida da colônia, mesmo sabendo que o ouro trouxe muita riqueza e benefício à Inglaterra.

Portugal nada lucrou enquanto estada, e a colônia, o Brasil teve seus problemas agravados e sua formação desestruturada. Portugal lucrou menos com o ouro da colônia do que com a produção de açúcar.

Ivan Pedro de Martins assinala pontos em que há desequilíbrio devido a mineração:

- *morte da indústria nascente;*

- *deslocamento da população;*

- *transferência do eixo econômico;*

- *criação de uma vida imaginária.*

A produção do ouro atingiu seu auge em 1750 e sua decadência começou em 1760, devido as condições precárias de mineração.

O ciclo da mineração foi marcado não só com a febre do ouro, mas também com a extração de pedras preciosas.

Deve-se a introdução de café, no Brasil, ao fidalgo português Francisco de Melo Palheta. Da colônia francesa de Caiena, trouxe ele, em 1727 as primeiras sementes do planeta que, mais tarde, e por muito tempo, iria constituir a base de nossa vida econômica.

O café foi o nosso mais importante produto de exportação do século XIX e o que consumiu o menor número de escravos. Os Estados Unidos se tornou um dos maiores compradores de café. O café era um ótimo negócio para o fazendeiro, os

preços e o mercado eram favoráveis ao Brasil, com isso os norte-americanos compraram cerca de 5 da Produção brasileira, superando a Inglaterra.

O café do Vale assume grande importância na economia brasileira, mantido pelo trabalho escravo, mas sua decadência começa a partir de 1880, devido ao fim do tráfico.

O fato de o café ter passado a constituir o elemento básico da riqueza nacional não acarretaria transformações de vulto na estrutura econômica e social do Brasil. A própria organização das fazendas e o sistema de trabalho nelas existentes só podiam concorrer para perpetuar o regime escravagista e latifundiário, herdado dos tempos coloniais.

É irregável que esta rápida expansão no cultivo do café no sul do país apenas acompanhou o próprio crescimento da demanda do produto no mercado mundial. Importa não esquecer, aliás, que a estrutura da economia brasileira continuava inalterada, ou seja, baseada na exploração dos latifundiários, do trabalho escravo, e absolutamente dependente dos estímulos do mercado externo.

O fumo tem grande importância, porque foi cultivado em terras de pouco valor, e mandado para África, onde os portugueses trocavam no pelos negros. O fim do tráfico fez o fumo perder seu valor, valor de troca por negros.

Devido o contrabando do fumo, muitos conflitos surgem entre a colônia e a metrópole, porque Portugal quer o melhor fumo, fazendo com que para África vá o fumo de inferior qualidade. Como o contrabando era grande quantidade, foi editada uma lei determinando a qualidade e a quantidade do melhor fumo para a África, enquanto os portugueses ficavam com o fumo de pior qualidade.

Os lucros no comércio negreiro são de tal soma, que devido ao final do tráfico ele passa a ser um produto secundário, onde não haverá competições.

São registrados, importantes acontecimentos econômicos, quando o algodão é introduzido na Inglaterra.

— *decadência na indústria de lã;*

— *expansão industrial inglesa.*

A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, proporcionou créditos aos lavradores, adiantando-lhes ferramentas e escravos, com isso mostra que o produto muda mas o modo de produção continua sendo a base do trabalho do negro.

Deve-se ao surto do algodão à extraordinária procura, que na Europa, vinha tendo esse produto, devido ao aperfeiçoamento da indústria de tecido.

Os ciclos de nossa produção econômica, duram bastante enquanto, a Inglaterra consome a produção exportada por Portugal. Os negros foram utilizados em maior parte na lavoura de açúcar (40,9%) em meados do século XVII a XIX.

Todas as bases calculadas sobre a produção, exportação, são bases que nunca existiram se não fosse o negro, porque a escravidão era o motor dessa expansão agrícola e precisava ser defendida.

CAPÍTULO III

Sua Santidade Autoriza a Matança dos Negros

Muitos negros eram escravizados para o trabalho escravo, para que muitos portugueses, ingleses e outros pudessem produzir riquezas. Ninguém se aliava aos negros, nem a própria Igreja, por isso foram escravizados, mortos, torturados.

Essa gente humilhada constituía, mas primeiras décadas do século XVIII, um terço da população total da Colônia. Nas extensas plantações de cana, fumo, algodão ou café, na mineração, cada vez que se abria uma nova frente econômica, aumentavam as levas de negros trazidos para o Brasil.

O Papa Nicolau V, em 1454, assinou a bula, dando direito aos portugueses nos negócios da África, inclusive capturar os negros e mandá-los para o reino. Os seguidores do Papa achavam melhor batizar os negros, porque seria o motivo para salvar-lhes as almas.

Então, Portugal fazia o tráfico e trazia os negros para a fé cristã, com isso, o tráfico era rentável trazendo lucro aos portugueses e a Igreja ganhava comissões no desprezível comércio.

Portugal é o único país autorizado a realizar esse negócio, pois os Papas Calixto III e Sixto IV afirmam que o ouro, e os escravos são os produtos principais da África.

A primeira expedição mandada à África foi chefiada por Lançarote de Freitas, em 1444, onde muitos negros, mulheres e crianças foram mortos e outros capturados. Na volta da esquadra, mais negros encontrados no caminho foram capturados e ao chegarem em Lagos eram recebidos com festa, achando que o que fizeram fosse uma coisa bonita de se ver.

O cronista Eanes de Zurara, emocionado escreve as reações vistas com muita tristeza.

Muitos negros com a cabeça baixa chorando, outros olhando para o céu com lágrimas correndo, mães sendo chicoteadas para não serem separadas dos filhos, enfim, a tristeza marca o momento de sofrimento daqueles negros.

Mesmo assim, Portugal encheu o reino de escravos, e muitas outras expedições foram à África, trazendo até 1448, cerca de mil escravos.

O tráfico negreiro causou alguns problemas à África, como a destruturação social e econômica com reflexos culturais e demográficos.

Cruzando-se com os naturais da terra e com os denominados dela, os africanos contribuíram seriamente para a formação do povo brasileiro, diferente dos outros, povo nascido da terra, crescido nela, de sentimentos mais ou menos iguais em todas a extensão territorial do Brasil.

Para tirar o máximo de lucro de suas Colônias e contornar sua escassez populacional, a coroa portuguesa precisou recorrer ao trabalho escravo. Diante da falta de mão-de-obra para a exploração econômica de um território imenso como o Brasil, a primeira saída encontrada pelos colonizadores foi a escravidão dos indígenas.

Mas essa estratégia teve vida curta, porque a partir de 1550, a mão-de-obra escrava do indígena foi substituída pelo trabalho negro africano.

Economicamente mais atraente, o negro escravo permitia um lucro duplo, aos portugueses que já ganhavam com o tráfico, que trazia essa mão-de-obra da África.

CAPÍTULO IV

O Terrorismo Inglês contra o Tráfico de Africanos

Os portugueses conquistaram a costa africana, com o apoio de alguns chefes tribais, e deram início à captura de homens e mulheres para o trabalho escravo. Os negros capturados vinham acorrentados em porões superlotados, úmidos e com

pouca ventilação, pelo menos 40% deles morriam durante o projeto. Ao desembarcarem no Brasil, os negros eram reunidos em grandes galpões, e para serem vendidos melhoravam a aparência deles, dando-lhes refeições.

Havia leilões públicos de lotes de escravos e seus preços variavam conforme a demanda ou a caracterização do grupo, ou seja, a força de trabalho escravo, antes de começar a produzir, já rendia muito à Coroa Portuguesa.

Não deve haver dúvidas sobre a ênfase em relação à formação de vínculos entre senhores e escravos, vínculos responsáveis até por uma certa colonização do português pelo negro, e é indispensável reconhecer que ele nunca deixa de destacar o ambiente violento e despótico que cercava estes vínculos. Na verdade, este ambiente é realçado e detalhado a tal ponto, concretizando-se em torturas, estrupos, mutilações e sobretudo na cotidiana redução da vontade do cativo à do seu mestre, que não podemos deixar de nos perguntar sobre o efetivo significado de uma sociedade assim dividida entre o despotismo e a confraternização, entre a exploração e a intimidade.

De certa forma, os negros foram a alavanca do comércio inglês, abrindo mercados e acumulando capitais com o lucro vindo pelo tráfico.

Os motivos que levam a Inglaterra ter interesse no tráfico de escravos é que obtêm lucros no comércio de negros e que a fim desse comércio será de grande importância para a implantação do sistema econômico que pretendem exportar para o Brasil-Império.

Sabendo que a Inglaterra foi o primeiro país a abolir a escravidão (1772) eles utilizaram o trabalho escravos nas suas Colônias da América, além de escravizar egípcios e hindus durante muitos anos.

Em 1696, Portugal ensaia uma nova atividade no tráfico, mas perdido os franceses controlam o tráfico de 1701 a 1713, pelo Tratado de Utrcht.

As guerras e invasões para capturar escravos geravam instabilidade e a perda da população tinha efeitos econômicos negativos.

De outro lado, o preço que os europeus pagavam pelos escravos, sempre em alta, significava lucro para mercadores e governantes africanos que negociavam escravos.

As pressões inglesas para acabar com o tráfico negreiro a partir do fim do século XVIII se intensificaram ano a ano. Os ingleses começaram a se importar com o conceito de igualdade após 1750.

Isso porque, para ampliar o mercado consumidor de seus produtos manufaturados, era necessário multiplicar também o número de trabalhadores.

A Inglaterra queria o fim do tráfico, devido à concorrência do açúcar brasileiro com o produzido nas Antilhas.

As pressões da Inglaterra para que pusesse fim ao tráfico chocaram-se contra os interesses dos escravagistas. Estes, fazendeiros ou traficantes, argumentando que a influência da Inglaterra lesava a soberania nacional, conseguiu propagar um forte sentimento antibritânico, que se difundiu pelas camadas populares.

Mas o tráfico continuou, e a Inglaterra não desistiu. Sentindo-se prejudicado por medidas protecionistas tomadas pelo Governo imperial, promulgou em 1845, o Bill Aberdeen,.

Essa lei equiparava o tráfico negreiro à pirataria, dando a marinha o direito de apresentar os navios negreiros que encontrasse.

Os ingleses invadiram portos brasileiros, afundaram navios, incendiaram tumbeiros em alto-mar, mataram marinheiros portugueses e jogavam os negros às águas.

Os ingleses foram condenados por essas atribulações, mas estavam amparadas por um documento assinado em 1810.

A finalidade do documento era em acabar com o tráfico e abrir o campo para a repressão inglesa.

Os acontecimentos políticos obrigam a corte a voltar para Lisboa em 1821 e em 1822 o Brasil proclama sua independente.

Em 1826, para reconhecer a independência, exigiu que o tráfico cessasse até 1830. Como esta medida não foi adotada, passou a pressionar o governo. Por isso, em 07 de Novembro de 1831, foi promulgado a primeira lei proibindo o tráfico negreiro. Essa lei tornava livres todos os negros vindo da África, e ilegal o comércio de escravos. Mas não só não comprida como o tráfico aumentou.

Por isso, em Agosto de 1845, o parlamento inglês aprovou numa lei (Bill Aberdeen), que declarava ilegal o tráfico de escravos africanos e determinava que seus infratores fossem julgados pelos tribunais da marinha inglesa.

Isso quer dizer que, de 1845 a 1852, os ingleses capturaram e afundaram 105 navios nas costas brasileiras.

A Inglaterra estava gastando muito com as esquadras que perseguiram os traficantes. Na verdade todo o sentimento humanitário dos ingleses em favor da abolição pesava bem pouco.

Em 1826, criou-se uma barreira de intolerância aos ingleses. Brasil criou uma barreira de medo e ódio, porque, havendo o fim do tráfico, os ingleses dominariam o Brasil, como dominaram Portugal.

Mas, os ingleses sofriam com a oposição interna dos poderosos industriais exportadores do norte, além de perderem com a baixa nas exportações.

Dessa maneira, a Inglaterra vai obrigar o Brasil a tornar o único caminho capaz de enfrentar o seu imperialismo, quando decide que o tráfico não pode continuar.

A luta inglesa pelo fim do tráfico vai levar o Estado brasileiro à modernização.

Em 1850, a lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico de escravos. Como houvesse muito contrabando de escravos, em 1854 a lei Nabuco de Araújo criou uma fiscalização mais severa e estabeleceu pesadas penas aos traficantes.

O fim do tráfico vai levar o Império, as fazer as pazes com a Inglaterra, onde surgirão relações com o capitalismo inglês, que permitirá uma modernização do país, aumentando o grau de dependência ao seu imperialismo.

Em 1850, a Lei Eusébio proibiu o tráfico negreiro. Com o preço dos escravos subindo, os produtores foram obrigados a encontrar alternativas mais baratas.

A eliminação do tráfico não modificou a estrutura da escravidão, mudou apenas a forma de abastecimento, dando incentivo ao comércio interno.

É dessa maneira que se afirma que o tráfico acabou, mas a escravidão continua.

CAPÍTULO V

A Inglaterra abre as Portas do Brasil, trazendo uma Corte Caricata

A disputa entre a França e Inglaterra resultou em um bloqueio contra os ingleses em 1806. Enquanto esses dois países decidiam o destino de Portugal, a Corte vendia seu apoio as duas potências.

A Inglaterra transferiu a Corte portuguesa para o Brasil e Portugal e Inglaterra assinam um acordo em 1807, que permitia que os ingleses utilizassem os portos do Brasil para exportar os seus produtos.

A fuga da Corte foi feita em 36 navios onde milhares de cortesãos além de espremidas, levaram o que puderam. As condições higiênicas eram precárias e devido a peste de percevejo e piolhos, as damas chegaram ao Brasil carecas.

Em 1807, Napoleão ordenou que o general Junot invadisse Portugal. Para a família real chegara o momento de fuga. Lisboa transformou-se em um pandemônio, mulheres do povo choravam, outros tentavam impedir à força aquela debandada geral. Junto ao porto, uma turba furiosa viajava os fugitivos.

Dom João embarcou disfarçado, temendo mais seu próprio povo do que as tropas de Napoleão.

Os degredados eram mandados para as Colônias, porque eram homens de excelentes caráter, revoltados contra as injustiças, opositores políticos dos duros regimes e lutadores contra os privilégios da nobreza.

Para sustentar a corte, foi criada uma burocracia corrupta que começou a criar os germes da Independência, que iam se fortalecendo com o relacionamento entre Portugal e Inglaterra, depois da invasão francesa.

Na Bahia, a 28 de Janeiro de 1808, Dom João assinou uma carta abrindo os portos do Brasil às nações amigas de Portugal.

A abertura dos portos também satisfazia aos ingleses, os únicos que podiam, naquele momento, comerciar livremente com o Brasil.

Ao assinar esse decreto na Bahia, Dom João estava apenas cumprindo o que lhe fora imposto por Strangford.

Graças as vantagens conseguidas, a Inglaterra aumentou suas vendas no Brasil.

Nossos produtos não eram comercializados na Inglaterra, visto que as Colônias inglesas produziam mercadorias semelhantes.

As conseqüências imediatas do Tratado foram benéficas, mas logo se percebeu a dependência de Portugal e Brasil com relação à Inglaterra.

Em 1824, o Brasil contraiu um empréstimo de 3 milhões de libras junto aos centros financeiros ingleses. Agravando a situação, uma série crise econômica atingiu a frágil estrutura de produção brasileira, toda ela voltada para o mercado externo.

Os tratados de comércio, impostos pela Inglaterra como condição para o reconhecimento de independência do Brasil, constituíram mais um fator desfavorável para as finanças mais econômicas do país.

A possibilidade de aumentar os recursos governamentais através da cobrança de novos tributos esbarrava em razões políticas, uma vez que os grandes proprietários de terra constituíam a classe dominante do Império do Brasil.

Em cima desses empréstimos navegava a alta malandragem da aristocracia do Império.

Em resultado, nos primeiros anos do Brasil como entidade independente, o país se viu às voltas com uma aguda crise econômica financeira.

Os produtos ingleses que vinham para o Brasil eram as manufaturas de algodão, lã, ferragens e outros. Mas, os produtos que o Brasil mandava para a Inglaterra era café, algodão e couro.

Os ingleses foram aliados ao governo imperial, em momentos críticos como na Confederação do Equador. O jovem império brasileiro ainda não tinha organizado seu exército. Dom Pedro I pediu 1 milhão de libras à banqueiros ingleses para que o Império pudesse contratar homens e comprar armas destinadas a submeter as províncias rebeldes.

Em 1824, a cidade amanheceu bloqueada por uma força naval, comandada pelo almirante Cochrane.

A estratégia do imperialismo inglês também foi dirigida de forma muito inteligente para assegurar a conquista econômica do Império. A implantação das ferrovias para a expansão do domínio inglês, exerce um papel fundamental, porque facilitará a importação e exportação dos produtos manufaturados ingleses.

As ferrovias foram as alavancas do progresso, pois as técnicas de produção vão se modernizando e influenciando as relações de trabalho.

Sob o amparo das chamadas “tarefas Alves Branco”, entre 40 e 60% sobre os produtos estrangeiros, chegados ao Brasil, os percentuais mais altos recaindo sobre produtos com similar nacional, foram dados, entre 1844 e 1860, os primeiros passos da industrialização brasileira.

Essa tarifa acabou favorecendo algumas indústrias, como as fábricas de chapéus, indústria de tecidos, bebidas, charutos e outras.

Em 1880, devido as exportações do café, o dinheiro ganho vai para a indústria têxtil, e grande parte dos capitais investidos nessas indústrias, será inglês e garantirão o abastecimento interno,

Todo esse crescente progresso se baseia na força do escravo que é o motor de todo esse crescimento.

Antes as terras eram conseguidas através de doações ou simples posse, mas a partir de 1850 surgiu a Lei das Terras, onde era firmado que as terras para serem obtidas só seriam através da compra. A Lei das Terras tinha o propósito de legalizar as posses ilegítimas, os impostos sobre grandes propriedades, mas seu objetivo principal era fixar o trabalhador no latifúndio, em caso de faltar o trabalhador escravo.

CAPÍTULO IV

Os Índios escapam da Escuridão: Os Negros são um Bom Negócio da Igreja

Duas razões livraram o índio da escravidão: proteção da Igreja e expansão da cana-de-açúcar.

A Igreja estabeleceu um acordo com a Coroa portuguesa: a Igreja ficava com 5% do valor de cada escravo vendido.

Enquanto não se organizou a escravidão do negro, era importante ter o índio como aliado e também como escravo.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil encontraram tribos nômades, que plantavam mandioca e milho, tinham tecelagem de algodão e boa cerâmica. Quando começou a exploração do pau-brasil, os índios tinham boas relações com os portugueses, derrubando árvores e levando-as aos portos de embarque em troca de coisas inúteis.

Os portugueses resolveram colonizar o Brasil, então, começou a expulsão da terra e a captura dos índios transformando-os em escravos.

O índio era um escravo muito mais barato que o negro, e muito mais maltratado, mas com a proteção da Igreja e a ganância da Coroa portuguesa, a realidade da colônia exigiu escravos índios nos primeiros tempos.

Autorizadas por uma carta régia de 1570, os escravos foram conseguidos sem provocar desequilíbrio e conflitos perigosos. As guerras justas eram autorizadas pela Coroa ou governadores, contra os índios inimigos.

Além das Guerras Justas, os bandeirantes entraram na mata a fim de capturar índios para a escravidão. Os índios foram vítimas de toda a violenta indignidade que a escravidão provoca. A escravidão indígena começou em 1534 e foi até 1755 e o fim da escravidão indígena se deu pelas leis de 1755 e 1758.

A organização do tráfico negreiro e a expansão da indústria açucareira uniram-se pondo fim na escravidão indígenas, devido a escassez de índios, quando se matou a maioria e quando se tornam caros.

O índio só deixa de ser escravo, quando existem condições econômica para comprar negros. Padre Manuel da Nóbrega, é um dos poucos sacerdotes que não concordam com a escravidão negra, enquanto, Padre Vieira, defende a entrada de negros.

Para o desempenho dessas atividades econômicas, a mão-de-obra indígena mostrava-se essencial, e essa dependência em relação a mão-de-obra resultou num conflito entre colonos e os jesuítas, que desenvolveram seus trabalhos de catequese e se opunham à escravidão.

A defesa dos índios à Vieira, fez com ele tivesse maior prestígio junto à Corte, conseguindo apoio do governador para o partido dos padres.

Essa reação veio em 1661, quando Vieira e seus integrantes foram expulsos e em 1680, os fazendeiros e comerciantes receberam um golpe: O governo português proibiu a escravidão indígena.

A Igreja tinha um poder, atribuído-lhe pela Constituição de 1824, mas em 1885 o arcebispo da Bahia, o cargo mais alto da hierarquia da Igreja do Brasil na época, pronunciou-se contra alguns abusos dos senhores e não a escravidão.

A Santa Sé só vai se pronunciar pelo fim da escravidão no Brasil em 1888, já depois da Lei Áurea e a pedido de Joaquim Nabuco.

CAPÍTULO VII

O Grande Genocídio contra o Negro no Brasil

Negro não é gente e sim coisa, tornando um negócio vantajoso para a ambição de muitos.

Os traficantes selecionavam então os futuros trabalhadores segundo a idade e saúde, pensando sempre num aproveitamento máximo de sua capacidade produtiva.

Pois negro era, considerado objeto máquina e toda máquina precisa estar em bom estado para render.

Selecionados, os africanos eram embarcados em navios que, muitos sugestivamente eram chamados de tumbeiros. Realmente, eram túmulos móveis. Amontoados em porões infectos, sem nenhuma forma de higiene, pessimamente alimentados, muitos escravos morriam no decorrer da viagem.

Os negros chegaram em péssimas condições físicas, então eram submetidos a um tempo de espera para recuperar a saúde, e depois, serem levados para o mercado.

Vendidos, os escravos iam para onde seus novos senhores mandassem, famílias inteiras eram separadas, essa separação visava a reduzir ao mínimo o risco de rebeliões coletivas.

Nas grandes plantações, os escravos eram alojados em construções precárias. Num lugar ou outro, eram constantemente submetidos a castigos corporais.

Os negros trabalhavam de manhã à noite, todos os dias, só tendo direito a folga nas tardes de domingo, e assim mesmo nem sempre.

Essas péssimas condições de trabalho vão gerar uma qualidade de vida infra-humana, depois de serem tratados como animais e máquinas.

Nas batalhas muitos negros foram mortos, por servirem de barreira, por serem tratados como animais e muitas mulheres, foram violentadas, estupradas, pois serviam como fonte de prazer sexual.

Quando os velhos não tinham mais forças para o trabalho, para não alimentá-los, os senhores encontravam a saída da alforria, libertando-os e jogando-os na rua, onde morriam abandonados.

A alforria era uma isca quando o escravo já não mais interessava ao senhor.

As alforrias raramente funcionavam como meio de libertação dos escravos, e sim, como uma estratégia de muitos senhores cinicamente usada.

No geral, pelas condições de trabalho desumanas, onde o alimento fresco nunca existiu, onde a situação higiênica era deplorável e onde as punições eram mais duras e os negros trabalhavam até cair de cansados, tudo é marcado por um período duro na vida do negro escravo.

O período da mineração foi um dos piores para os negros no Brasil. O negro não era utilizado em inúmeras outras atividades. Algumas vezes, um ou outro negro era premiado com a alforria por haver descoberto uma pedra de maior valor. Outros conseguiam contrabandear ouro suficiente para comprar sua liberdade.

Praticamente não chega ao fim a história da crueldade sofrida pelos negros durante a escravidão, pois sempre existem fatos que dão amplitude do desespero negro diante da tragédia sofrida.

CAPÍTULO VIII

Os Negros vão à Luta, mas não são uma Classe Revolucionária

Em dezembro de 1808, começou o processo de insurreição, eram hauçás e nagôs unidos pela fé islâmica. As duas nações juntaram-se na rebelião que terminaria em fuga em 1809, organizada por uma sociedade secreta de governo dos negros, a Obgoni.

A grande rebelião baiana, porém seria a de 1835, com os nagôs, pois tinham uma melhor estrutura para resistir à repressão.

De 1826 à 1820, vários choques entre nagôs e forças comandadas por capitães-do-mato resultaram em muitas mortes, tanto de um lado como do outro. Em 1828, uma parte dos negros nagôs fugiram de Salvador para atacarem a capital.

Essa violência era o ruído para uma grande rebelião que explodiria no dia 13, que foi fracassada devido uma negra que foi convidada para participar e denunciou o movimento.

Os malês tinham maior liberdade que os das fazendas, já que se mantinham com seu próprio dinheiro. Havia muitos que pertenciam a nações de cultura islâmicas, como os hauçás e nagôs. No entanto, mesmo os escravos que conseguiram comprar a liberdade continuavam a ser tratados com desprezo e violência, sem qualquer possibilidade de ascensão social.

Em 1812, surge uma organização negra patrocinada pela Coroa, Companhia de Pretos de Pernambuco, que foi uma resposta às rebeliões negras. Joaquim Nabuco fundou em 1880, a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, que incentivou a campanha abolicionista.

No começo do século XVII, já havia no Brasil 2000 escravos negros, submetidos a desumanas condições de vida. Fugiam sempre que possível de seus

proprietários, unindo-se em seguida para evitar a recaptura. Formavam, desse modo, verdadeira aldeias nas matas que ficaram conhecidas como *quilombos*.

A maioria dos quilombos teve curta duração, não resistindo às investidas das entradas expedições organizadas pelo fazendeiros para a busca dos insubmissos. Um deles, porém, enfrentou várias expedições, ao longo de décadas, antes de ser derrotadas: *Palmares*.

Palmares quase foi um Estado, dividido em várias comunidades que se deslocavam conforme as lutas e perseguições dos brancos.

Na floresta, foram construindo os primeiros *mocambos*, agrupamento de choupanas rústicas cobertas com folhas de palmeira.

O domínio holandês em Pernambuco e a subsequente resistência do lusos brasileiros ao invasor resultaram na desorganização das lavouras, pois a fuga de escravos se intensificou.

Senhores de todo o litoral nordeste até a fronteira da Bahia, os holandeses investiram contra o quilombo, mas não tiveram êxito.

Palmares defendia-se com sucesso, recorrendo a táticas guerrilheiras. Os portugueses hesitaram em tornar a iniciativa dos ataques aos macambos, porque destruir o quilombo tornava-se uma empreitada respeitável.

As investidas dos brancos se intensificaram, tudo feito para que o bandeirante Domingos Jorge Velho conseguisse uma vitória completa e definitiva. Enfim, sitiados os quilombos enfrentam os ataques com lavouras, porém, são obrigados a recuar cada vez mais. Zumbi consegue escapar com um pequeno grupo de sobreviventes, mas perseguidos quase todo são presos, mas Zumbi não aparece.

Traído por um seguidor, foi localizado e morto. Teve a cabeça decepada e exposta em praça pública para servir de exemplo.

A ordem escravista triunfara mas, nas senzalas, a história de resistência de Zumbi, passava de geração para geração.

O negro entrava ainda como cidadão de segunda classe nessas revoluções, não deixa de ser sintomática que a historiografia oficial sempre destaca a valentia e o heroísmo dos negros nessas lutas, nunca a sua influência real sobre os acontecimentos, porque as decisões ficavam para os brancos.

A *Balaçada*, a *Sabinada* e a *Insurreição* Praieira foram revoltas em que o negro lutou pela fuga de seu sofrimento e não por ações políticas que tivesse um fim revolucionário na mudança da sociedade.

CAPÍTULO IX

O Racismo e a Ideologia do Branqueamento entram em Cena

Desde a Independência (1822), as representações racistas, enquanto sistema de pensamento institucional, tinham começado a irritar-se no Brasil. Os negros foram deixados do pacto social instaurador da nova ordem, e os índios apenas simbolicamente incluídos.

A relação social racista impôs-se com mais força à consciência pequena-burguesa depois da abolição da escravatura, no instante em que as antigas hierarquias sociais sentiram-se ameaçadas. Era a época em que o negro despontava como objeto de ciência para alguns setores da intelectualidade nacional, ao mesmo tempo em que se expandia a ideologia do branqueamento.

A ideologia do branqueamento, na obra de Vianna, era no fundo uma tentativa de preservar a discriminação contra efeitos colaterais da abolição.

Como era população miscigenada como a do Brasil poderia preservar a sua unidade nacional e desempenhar um papel no mundo moderno.

O anti-semitismo é o veículo ideológico para Gilberto Freyre, autor típico para demonstrar a infiltração do anti-semitismo como traço cultural inseparável de certos teólogos da escravidão.

Embora reconheçam que Casa Grande e Senzala é um livro-marco por ter tirado dos domínios da sociobiologia racista e levado para a sociologia histórica a discussão sobre o papel do negro na formação do povo, acusa-se Freyre de dar pouco importância ou de ocultar a exploração do escravo negro pelo senhor branco.

CAPÍTULO X

O Nascimento de um Exército Popular: A Guerra do Paraguai

Desde o começo da Guerra do Paraguai à abolição passam-se apenas 24 anos e o Império tem que resolver um problema sério, o racial.

A Guerra do Paraguai só pode ser entendida nos quadros do imperialismo britânico do século XIX. O Paraguai surgia como o país mais desenvolvido da América do Sul.

Esse desenvolvimento é explicado pela independência e seu natural isolamento, que permitiu ao Estado organizar as forças, inclusive manufatura.

Legitimamente, independente, em um contexto de marcada influência do imperialismo britânico, tornou-se o Paraguai um inimigo pronto para ser destruído pela Inglaterra e seus fiéis seguidores na América, ou seja, Brasil e Argentina.

A Guerra do Paraguai foi o derramamento da barbaridade que impregnava o Império e a Confederação Argentina.

Os ingleses elaboraram o Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1º de Maio de 1865, e através deste tratado, as forças militares da Argentina, Brasil e Uruguai se reuniram pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando a falta de algodão para as fábricas inglesas apavorou o capitalismo britânico.

O exército imperial que abrigava milhares de negros em seus batalhões durante o conflito, não poderia ser o sustentáculo de uma sociedade escravocrata.

A Guerra do Paraguai foi só uma idéia do papel do negro, pois foi dele quem a sofreu, morrendo de várias doenças ou das balas e lanças.

Por isso, durante a Guerra o preço dos escravos subiu muito, devido a formação de um exército, pois o exército refletia na sua estrutura e no seu corpo militar o desprezo que recebia do governo.

O valor do negro como soldado no Brasil é uma tradição que vem desde o século XVI, quando eles formaram as primeiras milícias para defender as capitânicas dos ataques dos estrangeiros.

Existem casos que registram a bravura dos negros como no caso do negro Antonio, em 1625, na luta contra os holandeses, Henrique Dias, organizador da Legião do Henriques, João Batista de Faria, nomeado em 1859 para a guarda pessoal de Dom Pedro II, Cesário Alves da Costa, promovido a sargento, cadete Antonio Francisco de Melo, destacou-se na batalha do Riachuelo.

Passaram à lenda, os fatos do heroísmo negro na Guerra do Paraguai, como o caso do negro Jesus, que executou o toque de avançar com a corneta presa entre os lábios, pois seus braços foram decepados e André Rebouças, um dos maiores engenheiros do século XIX, projetou um torpedo usado pela Marinha.

Como as despesas de guerra tinham alcançado quantia relativamente elevada, sobreviveram dificuldades financeiras que contribuíram para enfraquecer bastante a posição do governo Imperial, e facilitar a propaganda dos seus adversários, cada vez mais numerosos e ativos.

As operações militares, por sinal, tinham posto em relevo um novo aspecto do problema escravagista, ao mostrar inconveniente de não existir uma população camponesa livre e numerosa, capaz de fornecer ao exército homens acostumados à maus tempos e a esforços físicos continuados, tal como acontecia na Europa.

A sociedade racista só quer o negro como escravo, para o trabalho livre, importa imigrantes europeus. Para financiar a mobilização militar tinha sido necessário tomar milhões de libras emprestadas junto aos grupos financeiros britânicos, a partir daí, a abolição e a República ganhavam uma força irresistível.

CAPÍTULO XI

As Classes Dominantes Resolveram seu Problema: O Negro vai para os Porões da Sociedade

Começa a marcha para Abolição, que iria precipitar a decadência da aristocracia rural. Perderia, assim, o Império a sua principal base de sustentação: os senhores e os escravos. Foi o que aconteceu, a abolição sacudiu, de maneira violenta e profunda, a velha estrutura econômica e social do país.

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, abalando os fundamentos da antiga economia agrária e acarretando a decadência e o desprestígio da aristocracia rural, apressou a efetivação do que seria inevitável com o avanço das idéias democráticas, a queda da Trono.

A Abolição tornou-se um imperativo depois da extinção do tráfico, não só pelo decréscimo que se registrava na população escrava, mas porque era mais vantajoso o trabalho livre em virtude de sua maior produtividade e dos menores riscos de investimento.

Com a abolição do escravismo, sem indenização aos proprietários, a aristocracia escravagista, arruinada, lançou sobre a Monarquia a culpa de sua desgraça, passando a engrossar as fileiras do movimento republicano.

A marginalização sócio-econômica do negro liberto tornou-se um fenômeno nacional já nos fins do século XIX, pois à liberdade jurídica não corresponderam as demais liberdades essenciais à sua integração na sociedade.

O abolicionismo foi um debate político, além de importante para a configuração da República, com variações sutis, enquanto que o trabalho livre afirmando-se como principal força produtora do Brasil. Se reveste de lances dramáticos, empolgações românticas e discursos inflamados, que procura amenizar o impacto da liberdade dos negros, atraindo as classes dominantes conformadas com os novos tempo.

Em 1868, o partido liberal assumira, publicamente, o compromisso de bater-se pela emancipação dos escravos; em 1880 organizam-se as sociedades abolicionistas coordenadas pela Confederação Abolicionista.

Aos poucos, os partidários da abolição começaram a ganhar terreno, contribuindo com as pressões crescentes dos Estados Unidos e o da Inglaterra, em resposta e à opinião pública, o Governo promulgou em setembro de 1871 a lei conhecida como "*Lei do Ventre Livre*", a lei do *Rio Branco*.

Por essa lei eram emancipados os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data. Na realidade, porém, nada se alterava, pois o senhor da mãe escrava conservava o direito aos serviços gratuitos dos menores até os 20 anos completos. Tratava-se apenas de uma medida para apaziguar os ânimos abolicionistas e ganhar tempo.

Esse objetivo foi alcançado; o movimento perdeu força e só se recuperou na década seguinte. A respostas à nova ofensiva abolicionista foi outra lei. A 28 de

Setembro de 1885 era aprovada a “Lei Saraiva - Cotegepe” ou “Lei dos Sexagenários” que emancipava os escravos de mais de 60 anos.

Na prática, essa lei apenas liberava o dono de escravos da responsabilidade pela manutenção da mão-de-obra improdutivo.

Refletindo a nova correlação de forças, o Congresso aprovava, a lei da escravidão no Brasil, “A Lei Áurea”. O jangadeiro Francisco do Nascimento, ao Rio, deu começo à Questão Militar. Em 1884, Ceará e Amazonas antecipam-se, extinguindo totalmente, em seus territórios o regime escravista.

Multiplica-se a fuga dos escravos. O Exército convocada para dar-lhes caça, recusa-se a prestar a condição-de-mato, endossado por Deodoro em 1887.

A Abolição não significou a emancipação efetiva da população escravizada. Sem medidas institucionais que promovessem sua integração à sociedade, os negros foram entregues à própria sorte.

Desprotegidos e discriminados, acabaram engrossando os continentes marginalizados que se aglomeravam na periferia das grandes cidades. Na realidade, a abolição veio afastar alguns dos obstáculos ao desenvolvimento da economia brasileira, cujo pólo dinâmico se baseava cada vez mais no trabalho assalariado. Beneficiavam-se os cafeicultores modernos, de São Paulo, para quem a medida era sinônimo de incentivo à imigração européia; em contrapartida, os decadentes barões do café, de terras já esgotadas e donos de muitos escravos, retiraram seu apoio ao regime imperial, derrubado em 1889.

O escravismo vinha sendo a fórmula adequada para o aproveitamento do imenso território brasileiro. A escravidão moderna foi a forma para o capitalismo se efetivar na periferia do sistema.

Sendo a marca de seu atraso, a escravidão, com suas implicações políticas, econômicas, jurídicas e morais, impossibilita não apenas o progresso material do país, mas impede a formação da própria nação.

Os escravos não podiam ser uma classe revolucionária; não podiam reivindicar, ocupando o espaço social que lhes determinavam, enquanto não os transformassem em classe trabalhadora.